

Anarquia na Bahia (1920-1922) – militância, repressão e circulação geográfica na trajetória de Eustáquio Marinho

Anarchy in Bahia (1920-1922) - militancy, repression and geographical circulation in the Eustáquio Marinho's trajectory

Luciano de Moura Guimarães*

Resumo: Na tarde de 18 de novembro de 1918, na capital federal, centenas de trabalhadores de diversas categorias profissionais, aproveitando as greves decretadas por suas associações de classe, reuniram-se no Campo de São Cristóvão. O objetivo era assaltar um quartel do Exército para dar início a uma revolução que pretendia implantar uma República de Operários e Soldados, de caráter soviético, no Brasil. Frustrada a insurreição, a consequente repressão estatal resultou em grande número de militantes presos, deportados e evadidos para outras regiões do país. Após participação nesse episódio, um militante anarquista sem grande projeção, dirigiu-se para a Bahia, em princípios de 1920. Uma vez estabelecido em terras soteropolitanas, Eustáquio Marinho adquiriu grande protagonismo no sindicato dos trabalhadores da construção civil, participando diretamente na transformação desse grêmio numa entidade animada pela estratégia sindicalista revolucionária. O objetivo deste estudo é, assim, analisar a trajetória militante de Eustáquio Marinho, considerando os impactos da repressão estatal, da circulação geográfica e do trânsito ideológico em sua atividade sindical e política, buscando compreender como tais aspectos influenciaram a emergência do anarquismo sindical na Bahia, na conjuntura em tela.

Palavras-chave: anarquismo; repressão; circulação geográfica.

Abstract: On the afternoon of November 18, 1918, in the federal capital, hundreds of workers from different professional categories, taking advantage of the strikes decreed by their class associations, gathered in Campo de São Cristóvão. The objective was to rob an army barracks to start a revolution that intended to establish a Soviet-style Workers and Soldiers Republic in Brazil. The insurrection frustrated, the consequent state repression resulted in a

* Professor do Departamento de História do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro). Mestre em História Social (UFBA). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Bolsista CNPQ.

large number of militants arrested, deported and evaded to other regions of the country. After participating in this episode, an anarchist militant without great projection, went to Bahia, in the beginning of 1920. Once established in Salvador's lands, Eustáquio Marinho took on a major role in the civil construction workers' union, participating directly in the transformation of this guild in an entity animated by the revolutionary syndicalist strategy. The aim of this study is, therefore, to analyze the militant trajectory of Eustáquio Marinho, considering the impacts of state repression, geographic circulation and ideological transit in his union and political activity, seeking to understand how such aspects influenced the emergence of union anarchism in Bahia, at the current situation.

Keywords: anarchism; repression; geographical circulation.

Considerações iniciais

No final da tarde de 18 de novembro de 1918, na cidade do Rio de Janeiro, centenas de trabalhadores de diversas categorias profissionais, paralelamente às greves decretadas por suas associações de classe, reuniram-se na região do Campo de São Cristóvão. O objetivo era assaltar o quartel da Intendência de Guerra do Exército para dar início a uma sublevação que pretendia implantar uma República de Operários e Soldados no Brasil, replicando a experiência revolucionária soviética, realizada na Rússia a partir de fins de 1917. Frustrado o ensaio insurrecional, a consequente repressão estatal gerou grande número de militantes presos, deportados e evadidos para outras regiões do país. Após participação nesse episódio, ao lado de conhecidos ativistas tais como José Oiticica, Astrojildo Pereira e Agripino Nazareth, um militante anarquista sem grande projeção dirigiu-se para a cidade de Salvador, na Bahia, em princípios de 1920. Seu nome: Eustáquio Pereira Marinho. Baiano de nascimento, negro, com cerca de 37 anos, Marinho fora preso e processado por sua participação na tentativa de derrubar o governo republicano. Inocentado por falta de provas, empreendeu, então, um deslocamento de retorno ao seu estado de origem.

Uma vez estabelecido em terras soteropolitanas, Eustáquio Marinho adquiriu grande protagonismo no Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC), participando diretamente do processo de transformação deste grêmio numa entidade animada pelas ideias anarquistas e pelo método sindicalista revolucionário. Foi no interior desta associação, que abrigou desde meados de 1919 diversos militantes fugidos da

ascendente repressão verificada na capital federal, que ele encontrou uma ambiência capaz de permitir a continuidade de sua atuação militante.

Dada a persistente repressão estatal, os militantes sindicais eram alvo de prisões, deportações e buscas, situação que os obrigava a transitar por diferentes lugares, sem deixar de exercer, contudo, o ativismo (PETERSEN, 2010, p. 13-16). De fato, a mobilidade constituía o atributo distintivo do militante anarquista/operário, sendo, portanto, “sua forma dominante, um traço central de seu reconhecimento e identidade” (SEIXAS, 2011, p.6). Logo, podemos observar que repressão e circulação geográfica eram elementos usualmente presentes nas experiências dos militantes do movimento operário.¹

O propósito deste estudo é analisar a trajetória de Eustáquio Marinho, identificando seus percursos militantes, intentando avaliar os impactos da repressão, da circulação geográfica e do trânsito ideológico em sua atividade sindical e política, bem como na configuração e desenvolvimento do anarquismo e do sindicalismo revolucionário no estado da Bahia. Busca-se perceber, por outro lado, como tais aspectos influenciaram sua constituição identitária como ativista operário para, finalmente, examinar o papel das relações interestaduais no processo de formação do movimento anarquista brasileiro enquanto parcela significativa do movimento operário nacional.

Para atingir estas metas, apoiar-nos-emos no paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1989). Ao perquirir os “sinais, indícios e signos” relativos à biografia de Marinho, complementaremos o caráter fragmentário e escasso desses registros cotejando fontes diversas – policiais, cartoriais, judiciárias, da grande imprensa e da imprensa operária – com a análise da bibliografia atinente ao estudo da classe trabalhadora e de seu movimento.

“Morras’ ao governo”! - O confronto do Largo de São Bento

Preocupada com a questão da carestia de vida, a Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB) agendou uma manifestação para o dia 25 de maio de 1920, em frente à Biblioteca Pública do Estado, na praça Rio Branco, coração administrativo de Salvador – e

¹ Pesquisadores da história social do trabalho brasileira tem, desde a década de 1990, atentado para as implicações do caráter flutuante – em termos geográficos – presente nas trajetórias dos ativistas operários das primeiras décadas do século XX (DUARTE, 1991; ROMANI, 2002; TOLEDO, 2004; SAMIS, 2018).

da Bahia.² O ato teve início às cinco horas da tarde, com oradores discursando nas escadarias daquele edifício a respeito da alta de preços dos gêneros de primeira necessidade. As versões dos periódicos da grande imprensa sobre os acontecimentos que então tiveram lugar divergem em alguns pontos periféricos, mas no geral coadunam-se.

Por volta das sete horas da noite, um dos manifestantes conclamou o público presente ao comício para rumar até a residência do governador José Joaquim Seabra, a fim de lhe cobrar providências. Com tal fito, seguiram em passeata pela rua Chile, voltando a concentrarem-se na altura da praça Castro Alves, onde, segundo *O Imparcial*, “discursos francamente anarquistas” foram ouvidos.³ Ciente da intenção da marcha, o primeiro delegado auxiliar Pedro Gordilho dirigiu-se à residência do secretário de Segurança – Antônio Seabra, filho de J. J. Seabra – enquanto um grupo de cinco praças do Corpo de Cavalaria era despachado para estacionar no alto da ladeira de São Bento, com ordens de impedir o avanço do préstito. Naquela altura, o protesto já formava uma “grande massa popular”.⁴ Quando Pedro Gordilho retornou do encontro com o secretário Seabra, deparou-se com uma pequena multidão forçando a passagem diante dos cavalarianos da polícia, no Largo de São Bento. Procurando demover os reclamantes de seus intuitos de avançarem pela Avenida Sete de Setembro até a residência do governador, Gordilho instou que nomeassem uma “comissão para se entender com o governo”.⁵

O delegado argumentava que aquela não era a maneira mais adequada para reivindicar uma ação governamental, afirmando haver um familiar doente na casa do governador. Em réplica, os protestantes começaram a gritar “‘morras’ ao governo e blaterar contra o Estado”.⁶ Também acusaram Seabra de estar “dominado pela burguesia”, ameaçando “obrigá-lo a fazer baixar” os preços dos gêneros de primeira necessidade.⁷ Nesse momento, um tiro teria partido dos manifestantes visando o delegado. Escapando ileso, Gordilho ordenou, então, aos policiais que atirassem para o ar, o que resultou na dispersão

² Situavam-se neste local: o Palácio Rio Branco, sede do governo estadual e a Intendência de Salvador, sede da administração municipal.

³ *O Imparcial*, Salvador, 26 de maio de 1920.

⁴ *Diário de Notícias*, Salvador, 26 de maio de 1920.

⁵ *A Manhã*, Salvador, 26 de maio de 1920.

⁶ *O Imparcial*, Salvador, 26 de maio de 1920.

⁷ *Diário de Notícias*, Salvador, 26 de maio de 1920.

da manifestação. Efetuou-se, em seguida, “a prisão do chefe do movimento subversivo, como único meio de se restabelecer a ordem pública”.⁸

A aprovação da grande imprensa à conduta das forças de segurança foi unânime. A FTB, por seu turno, não ficou inerte frente à repressão policial. Contestando a versão oficial dos fatos, telegrafou à folha carioca *Voz do Povo*, órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, denunciando que o comício operário havia sido “dissolvido à bala”. A Comissão Executiva do Terceiro Congresso (encarregada pelo 3º Congresso Operário Brasileiro – ocorrido em abril de 1920, na capital federal – de implementar a articulação da Confederação Operária Brasileira nacionalmente), por sua vez, telegrafou ao governador Seabra, protestando pela violência empregada contra os trabalhadores baianos.⁹

O impacto desses acontecimentos teve significação mais profunda do que um mero conflito entre manifestantes e as forças da ordem, gerando desdobramentos em relação aos encaminhamentos das reivindicações trabalhistas, às modalidades de organização e luta dos sindicatos, e à forma como o governo estadual se relacionaria com o movimento operário. Para esclarecer a natureza desses eventos, faz-se necessário recuar no tempo, de volta ao ano anterior, 1919, a fim de possibilitar uma melhor compreensão sobre as circunstâncias que levaram as autoridades públicas baianas a reprimirem os trabalhadores presentes na manifestação patrocinada pela FTB.

“O elo inquebrantável de solidariedade” - O sindicato da construção civil e o processo de constituição da FTB

O acúmulo de experiências organizativas que culminaram na criação de uma federação operária em terras baianas, decorre mais diretamente das ações empreendidas durante as jornadas de junho de 1919, quando uma greve geral paralisou a capital do estado, alcançando, em seguida, diversas cidades em seu Recôncavo. Esta greve é apropriadamente considerada por Castellucci (2005) a mais impactante manifestação operária ocorrida no estado da Bahia em toda a I República.¹⁰ Afora ter obtido o atendimento de suas principais

⁸ *Diário de Notícias*, Salvador, 26 de maio de 1920.

⁹ *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 31 de maio e 1 de junho de 1920.

¹⁰ Para obter maiores informações sobre a greve geral de junho de 1919, ver: Rubim, A. A. C. “Movimentos sociais e meios de comunicação – Bahia, 1917-1921”. Cadernos do CEAS, Salvador, nº61; p.30-43, mai/jul.1979; Rubim, A. A. C. & Rubim, J. L. C. “As lutas operárias na Bahia (1917-1921)”. Cadernos do CEAS, Salvador, nº80; p.22-34, jul/ago.1982; Fontes, J. R. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888/1930*. Dissertação (Mestrado

reivindicações (aumento de salário e 8 horas de jornada de trabalho), a ação paredista resultou numa politização e impulso organizacional inéditos nos meios proletários locais, constituindo-se em ponto de inflexão no movimento operário soteropolitano (CASTELLUCCI, 2004, p. 150-151).

Pela primeira vez no estado, figuraram no rol de demandas operárias questões como duração da jornada de trabalho, reconhecimento do direito de associação, isonomia salarial entre homens e mulheres que exercessem as mesmas funções e abolição do trabalho infantil. Até então, predominavam as lutas visando a aumentos salariais, através de greves isoladas por unidade de produção. Com a greve geral, informa Castellucci (2004, p. 37), o movimento operário passou a abranger muito mais estabelecimentos e trabalhadores, contestando, inclusive, “os mecanismos de compra e venda da força de trabalho”.¹¹ Durante todo esse processo e no período imediatamente posterior às jornadas de junho de 1919, os operários ligados aos ofícios da construção civil se distinguiram, através de sua organização de classe: o Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC).

Como expõe Fausto (1976, p. 129), a construção civil se destacava entre os ramos semiartesanais pelo nível instrucional relativamente mais alto dos operários, pela maior articulação e continuidade organizativa. Focalizando o caso santista, Gitahy e Silva (1996, p. 89-90) explicam que isto se devia à conjugação de dois fatores. O primeiro refere-se ao processo de trabalho no ramo de edificações, que demandava um número significativo de trabalhadores qualificados. Estes operários mantinham uma posição mais favorável no mercado de trabalho em relação aos trabalhadores da construção pesada e da infraestrutura urbana, operários “sem ofício”, com baixa qualificação. O segundo fator diz respeito à estruturação dos negócios dessa indústria. A descrição de Maram (1979, p. 51-53), para os casos do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, parece coadunar-se com a situação baiana. Como usualmente as construções eram realizadas por encomenda e não havia o predomínio de grandes empresas construtoras, o ramo dividia-se principalmente entre muitos pequenos e

em Ciências Sociais) – FFCH, UFBA, Salvador, 1988; Santos, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões sociais. Salvador (1890-1930)*, Tese (Doutorado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 1982; e Castellucci, Aldrin. *Industriais e operários numa conjuntura de crise (1914 – 1921)*. Salvador: Fieb, 2004; e Guimarães, Luciano de Moura. *“Ideias perniciosas do anarquismo” na Bahia. Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFCH – UFBA, Salvador, 2012.

¹¹ A historiografia que trata da greve geral de 1919 usualmente associou a eclosão do movimento a três fatores explicativos para sua deflagração e êxito: as flutuações econômicas decorrentes da I Guerra Mundial; a crise política ocasionada pela cisão interoligárquica, em função das disputas eleitorais federais, estaduais e municipais de 1919 e as transformações operadas na própria organização associativa e política do movimento operário baiano, com a fundação ou reativação de sindicatos naquele período.

médios empreiteiros e mestres de obras. Além dessa atomização patronal, os empregadores geralmente assumiam contratos com prazos pré-determinados para a entrega do serviço e com pagamento a receber apenas ao término da obra. Normalmente também se responsabilizavam pelos custos de material e pessoal durante a consecução das construções. Isto conferia um razoável poder de barganha aos trabalhadores frente aos empreiteiros, quando de uma paralisação mais prolongada. O risco de ter que arcar com todas as despesas em caso de atraso na entrega do serviço, em geral instigava os construtores a resolverem brevemente suas questões com os operários. Conforme esclarece Maram,

era comum o empreiteiro, ao contrário do que acontecia com o grande empregador de trabalho industrial não qualificado, não conseguir substituir seus operários durante uma greve, pois nas épocas de prosperidade havia uma alta procura e uma baixa oferta dos trabalhadores qualificados em construção, especialmente os tão essenciais pedreiros (...). As greves nessa indústria costumavam dar bons resultados (1979, p. 51-52).

Portanto, qualificação profissional conjugada à existência de muitos pequenos empreiteiros teria proporcionado aos trabalhadores do setor de edificações certa “continuidade organizativa e combatividade” (SILVA, 2003, p. 53). Tratando dos trabalhadores desse sub-setor da construção civil de Santos, das primeiras décadas do século XX, Silva (2003, p. 52-53) confirma que a categoria gozava de privilegiada posição em relação aos que labutavam em outros ofícios. Eram operários com qualificação, que se reputavam “artistas”, e que gozavam de “relativa independência”, possibilitando um grau de “mobilidade e desenvoltura”, que não se verificava nas grandes unidades. Muitos deles, proprietários de seus instrumentos de trabalho: martelos, colheres, prumos e formões, entre outros.

Dessa forma, o ramo de edificações da construção civil, como salienta Gitahy (1996, p. 119-120), “contribuiu com os organizadores e ativistas do movimento operário” ao longo de toda a I República, não apenas em Santos, mas também no Rio de Janeiro e São Paulo. No mesmo período, também no Rio Grande do Sul, os sindicatos dos trabalhadores da construção civil foram fundamentais na organização do movimento proletário (MARAM, 1979, p. 53). Fora do Brasil, os trabalhadores desse setor também se sobressaíram como ativos militantes no movimento operário francês, ao ocuparem “lugar de primeiro plano na CGT”, constituindo federações importantes, além disto, em países como Portugal, Países Baixos, Alemanha, Suécia e Grã-Bretanha (SILVA, 2003, p. 61).

Para o caso baiano, todavia, Fontes (1988, p. 68), ao se debruçar especificamente sobre as greves operárias da I República, pondera que houve um número relativamente “baixo” de paralisações de trabalho envolvendo uma “categoria que era considerada vanguarda do movimento operário em vários centros”. Entretanto, o pesquisador destaca a importância que o sindicato da categoria, o SPCDC, assumiu na conjuntura 1919-1921. Consideramos que combatividade e continuidade organizativa operárias, derivadas do processo de trabalho e da qualificação profissional, presentes também na cultura desses trabalhadores, não devem ser tomadas como uma relação estritamente causal. Na Bahia, apesar da presença desses dois fatores, as organizações de trabalhadores da construção civil foram efêmeras, assim como sua combatividade. Nesse sentido, a experiência histórica do SPCDC pode ser vista muito mais como uma exceção, do que como exemplo ordinário de um padrão.

Fundado em março de 1919, o SPCDC veio a ser um nó resoluto de articulação da parede geral de junho do mesmo ano, sendo responsável por iniciá-la, generalizá-la, orientá-la e, ao lado de outros sindicatos, sustentá-la até o atendimento das exigências dos grevistas. Ademais, no período que se seguiu à greve, sua atuação revelou-se cada vez mais relevante: tomando parte em novas paralisações, inclusive em solidariedade a outras categorias; articulando o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, em julho de 1919; colaborando decisivamente na iniciativa que ensejou a criação da Federação de Trabalhadores Baianos, em fevereiro de 1920. Além disso, publicou dois jornais – *Germinal*, 1920, e *A Voz do Trabalhador*, 1920-1922 –, se encarregou da fundação de uma escola proletária e atuou diretamente na organização de diversas categorias sem representação sindical. Dessa maneira, esse processo mobilizador e organizativo prosseguiu sob a influência predominante do SPCDC, que, fortalecido pelos laços de solidariedade firmados com outras categorias laborais durante a greve geral e pelo progressivo aumento quantitativo de seus associados, tornou-se uma das mais ativas agremiações operárias do imediato pós-guerra (1919-1922), em Salvador. Com efeito, “parece proceder o entendimento de que o SPCDC atuou, desde as jornadas de junho de 1919 até a fundação da FTB, como uma verdadeira federação”, congregando em torno de si diversas associações de trabalhadores, “auxiliando na organização de novos sindicatos (caso dos têxteis, por exemplo) e fundando sucursais pelo interior do estado” (GUIMARÃES, 2012, p.165).

Agrupando entidades que mantinham contatos e articulações desde as jornadas de junho de 1919 e ocupando a mesma sede do SPCDC – como já faziam, por exemplo, os sindicatos dos marceneiros e dos sapateiros –, poucos meses após sua criação, a FTB já

aglutinava 17 associações, representando cerca de 25 mil trabalhadores (GUIMARÃES, 2012, p. 198). O terreno ideológico sobre o qual se assentava era o socialismo, como sua comissão executiva fez saber ao periódico *Voz do Povo*, para o qual remeteu notícias, dando conta dos andamentos da entidade. Elogiando sua constituição e acentuando sua importância para o movimento operário local, a missiva afirmava que anteriormente faltava ao operariado baiano “a união (...), o elo inquebrantável da solidariedade, para agirem contra a exploração do homem sobre o homem”, mas que agora ele poderia “comungar” com os trabalhadores “do Brasil e do exterior” o “sublime ideal socialista”.¹²

A principal liderança da FTB – e também do SPCDC – naquele momento, era o advogado Agripino Nazareth. Soteropolitano de nascimento, evadido do Rio de Janeiro e restabelecido em Salvador após participação no mencionado fracassado levante na capital federal, conhecido como Insurreição Anarquista de 1918,¹³ Nazareth tornou-se reconhecidamente o dirigente mais influente nos meios proletários baianos, até sua deportação de volta ao Rio, em janeiro de 1921.¹⁴ Apesar de ter “claramente” flertado “com o anarquismo entre os anos de 1917 e 1919” (CASTELLUCCI, 2018, p. 98), aproximando-se de destacados militantes libertários – a exemplo de José Oiticica, Astrojildo Pereira, Manuel Campos, João da Costa Pimenta, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva e Carlos Dias – durante aquela tentativa revolucionária (ADDOR, 1986), o advogado classificava-se, em junho de 1919, como socialista coletivista.¹⁵ Este posicionamento foi, inclusive, compartilhado pelo

¹² *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1920.

¹³ Sobre a Insurreição Anarquista de 1918, ver: Addor, Carlos. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986; Nébias, Wellington Barbosa. *A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

¹⁴ Sobre a trajetória política e militante de Agripino Nazareth, ver, da lavra do pesquisador Aldrin Castellucci: “Flutuações econômicas”, op. cit.; “Cidadania e política na trajetória de Agripino Nazareth (1886-?): notas de pesquisa”, texto de comunicação apresentada no I Seminário Internacional de História do Trabalho – V Jornada Nacional de História do Trabalho, UFSC, Florianópolis, 25-28 de outubro de 2010; “Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República”. *Revista Brasileira de História* (Online), v. 32, p. 77-99, 2012; e “De uma conspiração a outra: Agripino Nazareth, os militares e o movimento operário no Rio de Janeiro (1915-1918)”, texto de comunicação apresentada no XXVII Simpósio Nacional de História, UFRN, Natal, 22 a 26 de julho de 2013; *Encontros e desencontros nas trajetórias de Evaristo de Moraes (1871-1939), Agripino Nazareth (1886-1961), Joaquim Pimenta (1886-1963) e Maurício de Lacerda (1888-1959)*. Trabalho Científico Original demonstrando a consolidação da linha de pesquisa desenvolvida nos últimos cinco anos, apresentado como um dos requisitos para a promoção da classe de Professor Titular para a classe de Professor Pleno – UNEB, 2018.

¹⁵ *O Democrata*, Salvador, 14 de junho de 1919. Segundo Cláudio Batalha, o termo “coletivismo” podia ser empregado nos meios operários e socialistas como sinônimo de comunismo, ou seja, apropriação dos meios de produção pela coletividade, ou designando “uma sociedade aparentemente estruturada nos moldes do coletivismo anarquista de inspiração bakuninista”. O socialismo coletivista de Nazareth parecia corresponder à posição de que a apropriação coletiva dos meios de produção sucederia através do Estado ou da Comuna (a municipalidade), ficando assegurado, todavia, os direitos à propriedade individual e à apropriação individual do produto do próprio labor como defendiam os socialistas coletivistas César De Paepe, Benoît Malon e José

conjunto das associações presentes no Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos (julho de 1919), quando, por aclamação, adotou-se aquela corrente ideológica como a orientadora dos sindicatos aderentes (GUIMARÃES, 2012, p. 117).¹⁶ Tal influência figuraria também nos estatutos do SPCDC, finalizados por Nazareth,¹⁷ assim como no interior da FTB.¹⁸

Mas, se naquele momento era o socialismo a ideologia desposada pela federação, por vários sindicatos soteropolitanos, assim como por seu ativista mais destacado, como compreender, então, que militantes envolvidos no comício de 25 de maio proferissem “discursos francamente anarquistas”?

“Alguns anarquistas recentemente chegados do Rio” – ou o mito do carioca radical

Uma possibilidade para entendermos o que estava sucedendo encontra-se na mesma matéria em que *O Imparcial* tratou dos eventos referentes ao rumoroso comício da FTB. Segundo este relato, os incidentes registrados naquele episódio estariam intimamente vinculados à presença no seio das classes trabalhadoras de Salvador de “alguns anarquistas recentemente chegados do Rio”. Foram esses “anarquistas”, afirmava o jornal, que “ao final do *meeting* usaram da palavra, pregando violentamente contra o clero, a burguesia, a imprensa e o governo”. Também teria partido deles a incitação para que os manifestantes seguissem até a residência de Seabra e impusessem ao governador a baixa dos preços dos alimentos.¹⁹ Ou seja, a responsabilidade pelo que o periódico chamou de “movimento

Ingenieros. Ver, do autor: “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”, In: Moraes, Joaquim Quartim de, (org.). *História do Marxismo no Brasil – volume II. Os influxos teóricos*, Campinas, Editora UNICAMP, 1995, p. 37-38.

¹⁶ Foram estas as delegações presentes no I Congresso de Trabalhadores Baianos: José dos Santos Gomes (SPCDC); Antônio da Silva, Luís José Soares e Nathalio de Jesus (Sociedade União Defensora dos Empregados de Ferrovia); Antônio Portugal de Azevedo, Manuel Maria dos Santos e João Paulo Baptista (Sociedade União Defensora dos Sapateiros); Oscar Francisco Lopes, Constancio P. Victório e Honorato Gomes Filho (União dos Operários de Padaria); Edgard José Brito, Maximiano José da Silva e José Alves do Nascimento (Sociedade União e Progresso dos Operários da Bahia); João Lessa (União Gráfica Baiana); Alfredo Campos de Oliveira, Aurélio Pereira da Silva e Oscar Correia (Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica do Estado da Bahia); Marciano Pacífico da Paixão e Estefânio Nascimento (Sociedade União dos Marmoristas); Astério Luiz dos Prazeres, Manuel P. de Oliveira e Petronillo Dantas (Sindicato dos Marceneiros); Martinho Pontes, Antônio F. Da Silva e Maximiano José da Silva (Sociedade União dos Condutores de Carroças e Classes Anexas).

¹⁷ *A Tarde*, Salvador, 9 de agosto de 1919.

¹⁸ *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1920.

¹⁹ *O Imparcial*, Salvador, 26 de maio de 1920.

subversivo” caberia àqueles indivíduos anarquistas estranhos ao estado, oriundos do Rio de Janeiro.

Sintomaticamente, nos dias que se seguiram à escaramuça entre os sindicalistas e as forças policiais, alguns jornais dedicaram espaço para apelar ao operariado local que não se deixasse levar pela influência deletéria de elementos vindos de outras regiões do país. O *Diário de Notícias*, por exemplo, afirmava que os trabalhadores baianos estavam “sendo arrastados às mazorcas, por elementos maus, anarquistas e perniciosos”. Retratando os trabalhadores baianos como incapazes de ações autônomas, o periódico alegava que “a maioria dos homens, principalmente nas massas populares”, não possuía “ideias nítidas e razoáveis sobre o que quer que seja”, tornando-se, então, uma pessoa incapaz de se conduzir “por si só”. Sendo assim, a esse tipo de homem – inconsciente e manipulável – restava apenas seguir um “guia”, que, por sua vez, conseguia se fazer obedecer “nas mais turbulentas camadas operárias”.²⁰

Reativava-se, destarte, um artifício discursivo que representava o operariado baiano como dócil, produtivo, ordeiro e obediente e, em contraste, oferecia uma visão do trabalhador exógeno – no caso, proveniente da capital federal – como portador dos perniciosos vetores de subversão e insubmissão. Tal dispositivo encontrava paralelo no entendimento, então em voga em outras regiões do país, que elementos estrangeiros compunham a parcela vanguardeira dos operários envolvidos em paredes. Na mensagem do presidente da República, Epitácio Pessoa, ao Congresso Nacional em alusão à greve da Leopoldina Railway Company, que em março daquele ano havia sacudido a capital do país, o governante ecoava argumento similar: os grevistas baderneiros eram estrangeiros dissolutos.²¹

Alimentava-se o mito do imigrante radical. Essa legenda baseava-se na ideia de que a classe operária imigrante que chegou ao Brasil – vinda, principalmente, para os cafezais de São Paulo – possuía qualificação profissional e, por conseguinte, algum esclarecimento político. Já dispunha, outrossim, de experiência urbana e industrial, organizativa e de lutas. No entanto, como demonstrou Hall (1975), esse ponto de vista não parece ter fundamento na realidade. Em geral, os imigrantes italianos não eram os trabalhadores dissidentes e

²⁰ *Diário de Notícias*, 28 de maio de 1920. A folha *A Manhã*, de 27 de maio de 1920, também dedicou um espaço em suas páginas para defender a ideia que “o trabalhador no Brasil não precisa declarar guerra ao capital”, nem recorrer a “reivindicações violentas”.

²¹ *Revista Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, maio de 1920.

militantes que as classes dominantes afirmavam.²² Na verdade, ao contrário do que ainda correntemente se supõe, a grande maioria da força de trabalho proveniente da Europa era de origem rural, não era composta de artesãos radicais ou trabalhadores urbanos. Esses imigrantes não traziam consigo, em segundo lugar, uma profunda experiência de envolvimento com partidos, greves e sindicatos. Havia divisões étnicas e nacionais entre os imigrantes, entre eles próprios e entre eles e os brasileiros. A desconcertante – mas ainda pouco difundida – conclusão de Hall é, pois, que o nascente operariado industrial de São Paulo, que tinha origem na imigração, contrariamente ao que propõe o mito do imigrante radical, cooperou no sentido de manter a classe operária “relativamente fraca e desorganizada” (1975, p. 398).

O argumento da combatividade do trabalhador imigrante trazia embutido outro aspecto, que convém aqui frisar: a tese do despreparo, incompletude e imaturidade do operariado formado em solo nativo. Nessa ótica, o radicalismo político cabia ao imigrante branco (em geral, italiano), enquanto ao trabalhador nacional – sobretudo os negros – restava a dissimulação, a passividade, o utilitarismo da ascensão social, a barganha e a matreirice. Conseqüentemente, a construção historiográfica da figura do trabalhador estrangeiro, branco, anarquista e grevista, não passa de uma representação “caricata” do operariado da I República, que opera um apagamento de outras experiências e expressões dos mundos do trabalho, sobretudo em relação aos trabalhadores que não são de origem imigrante (BATALHA, 2000, p. 7-8).

Considerando que na Bahia o impacto da imigração foi insignificante (SANTOS, 1982, p. 30) e que a mão-de-obra existente – basicamente negra e nacional – continuou, na I República, a “desempenhar as mesmas ocupações de épocas pretéritas” (CASTELLUCCI, 2004, p. 79), os ex-cativos e seus descendentes não foram deslocados do mercado de trabalho pelos imigrantes europeus, como aconteceu em São Paulo, por exemplo.²³ O legado do período escravista – podemos observar – incidia profundamente sobre a estrutura social

²² Sobre o impacto de tal legenda na história do trabalho no Brasil, ver: Hall, Michael. “Immigration and the Early”, In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, band 12, 1975, p. 393-407. Ver também, entre outros, Lara, Silvia H. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, Brasil”. In: *Projeto História*, 16, 1998, p. 25-38.

²³ Para consultar mais informações sobre a chamada “teoria da substituição” do trabalhador negro pelo imigrante e da constituição da “historiografia da transição” do trabalho escravo para o livre (assalariado), ver: Lara, Sílvia Hunold. “Escravidão, cidadania”, op. cit.

soteropolitana, bem como caracterizava o perfil racial de sua classe trabalhadora, inclusive daqueles envolvidos nas atividades da construção civil.

Na falta de imigrantes na composição da classe operária local, seriam aqueles trabalhadores nacionais, chegados da capital da República, os responsáveis por desempenhar o papel de elemento externo perturbador. Era a imagem da “planta exótica” que sustentava esse tipo de argumentação. Segundo Fausto (1976, p. 62), as classes dominantes forjaram essa “imagem botânica” para rotular as diversas correntes revolucionárias “que deitaram raízes” no país como, por exemplo, o anarquismo que era visto como uma doutrina europeia e característica dos países industrializados, inadequada, portanto, ao caso brasileiro.

A persistência da vinculação entre imigração e anarquismo na historiografia do trabalho brasileira – sem desconsiderar a evidente relação entre os dois fenômenos – talvez, explique por que foram poucos os pesquisadores que refletiram sobre o processo de difusão do anarquismo em terras baianas, no que se refere ao período da I República. Os historiadores que se voltaram ao estudo do movimento operário baiano usualmente associaram a emergência de um polo sindical orientado pelos ideais anarquistas à atuação de Agripino Nazareth.²⁴ Isto talvez se deva a duas razões, basicamente: a primeira relaciona-se a sua participação na citada Insurreição Anarquista de 1918 ao lado de diversos militantes ácratas, e que era do conhecimento da grande imprensa de Salvador; a segunda, que se liga à primeira, deriva da atuação e ascendência de Nazareth nas manifestações proletárias que se seguiram a junho de 1919. Em vista disto, após a greve geral, sedimentou-se, efetiva e independentemente do ideário político que Nazareth professasse, uma estratégia acusatória por parte de proprietários e patrões que o identificava como o agente alienígena responsável pela disseminação da “propaganda anarquista, maximalista”, entre o operariado baiano. Este último invariavelmente pintado com as cores róseas da harmonia entre as classes.²⁵

²⁴ Sobre o assunto, ver: Rubim, “Movimentos sociais e meios de comunicação”, op. cit.; Rubim & Rubim, “As lutas operárias na Bahia”, op. cit.; Fontes, “Manifestações operárias na Bahia”, op. cit.; Santos, “Sobrevivência e Tensões sociais”, op. cit.

²⁵ Relatório da diretoria da Associação Comercial da Bahia, apresentado e aprovado em Reunião da Assembleia Geral Ordinária de 23 de março de 1920 (Referente ao ano de 1919). Salvador: Oficinas da Livraria Duas Américas, 1920, p. 92. Os termos Anarquismo e Maximalismo apareciam muitas vezes como sinônimos nas apreciações da imprensa burguesa e dos órgãos de classe patronais. Maximalistas era como se denominavam os defensores do regime soviético no Brasil.

Os estudos de Castellucci (2004) lançaram novas luzes – e sombras – sobre a questão, ao considerar que a disseminação do anarquismo no movimento operário da Bahia foi fruto da participação de dois delegados do SPCDC, representando a FTB, no 3º Congresso Operário Brasileiro. Esse conclave foi dominado pelas correntes sindicalistas revolucionárias, daí a inferência deste pesquisador. Esta afirmação, entretanto, parece não corresponder às informações das fontes consultadas, pois observamos que um dos delegados, Annibal Lopes Pinho, afastou-se do sindicato já em agosto de 1920, acompanhando Agripino Nazareth na fundação do Partido Socialista Baiano, o que não estava em conformidade com as deliberações daquele certame operário.²⁶ Sobre o outro representante, Gaudêncio José dos Santos, nada podemos afirmar. O último informe que conseguimos apurar sobre ele refere-se a uma participação numa sessão comemorativa promovida pela FTB em homenagem à Revolução Francesa, em 16 de julho de 1920.²⁷

De fato, os relatos da grande imprensa sobre o conflito ocorrido após o comício da FTB em 25 de maio de 1920, no qual se notabilizaram aqueles “anarquistas recentemente chegados do Rio”, indicavam a percepção de que se operara uma sensível transformação no *modus operandi* de alguns grêmios laborais de Salvador. Afinal, durante as greves de 1919 e 1920, os operários não se dispuseram a confrontar o poder político do estado. Todas as vezes em que o chefe do executivo foi procurado naquelas ocasiões, a intenção era buscar seu auxílio ou arbítrio nas questões entre patrões e empregados. Agora era diferente: os operários tencionavam, quem sabe, obrigar o governador a lhes fazer a vontade. Para tanto, lançaram mão de um repertório discursivo que atacava os poderes constituídos, instilando o temor ao fantasma do anarquismo nas classes dominantes baianas.

É importante sublinhar que o anarquismo, apesar de ser um fenômeno múltiplo, principalmente no que se refere aos métodos de ação, preserva um ideário comum baseado no antiestatismo, no federalismo, no anticlericalismo, na ação direta, e na recusa de todas as formas de opressão, opondo-se a qualquer forma de organização burocratizada e hierarquizada. Se considerarmos a premissa malatestiana que afirma que “a anarquia é a sociedade organizada sem autoridade”, podemos dizer que “o anarquismo é o método para

²⁶ Ver: *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário Brasileiro*, agosto de 1920, p. 3. O 3º COB repudiou a prática eleitoral como estratégia operária, pois considerava que isto geraria divergências para o movimento dos trabalhadores. Consoante esse entendimento, o verdadeiro “partido operário” deveria acolher “todos os operários e só os operários” sobre as únicas bases de interesses em comum possíveis: as bases econômicas, que configurariam aspectos mais facilmente compreendidos do que qualquer doutrina política.

²⁷ *A Tarde*, Salvador, 16 de julho de 1920.

realizar a anarquia por meio da liberdade e sem governo, ou seja, sem organismos autoritários” (MALATESTA, 2009, p.5). Para Corrêa, enquanto ideologia socialista e revolucionária, o anarquismo baseia-se em determinados pressupostos definidos

a partir de uma crítica à dominação e de uma defesa da autogestão; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em estratégias, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão (2018, p. 21).

De acordo com o pesquisador, o sindicalismo de intenção revolucionária, que engloba tanto o sindicalismo revolucionário quanto o anarcossindicalismo,²⁸ consubstanciou-se na principal estratégia anarquista no país durante as primeiras décadas do século XX (Corrêa, 2018 p. 64). São complexas as relações entre anarquismo, sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo. Apesar de apresentarem convergências, esses movimentos não devem ser tomados como sinônimos (TOLEDO, 2004a). Cientes da inadequação em tratá-los em termos de correspondência direta, pesquisadores têm enfatizado, entretanto, as aproximações entre eles, demonstrando que o Sindicalismo Revolucionário no Brasil foi animado basicamente pela militância anarquista (LINDEN & THORPE, 1992; SAMIS, 2004; BONOMO, 2007; OLIVEIRA, 2009). Via de regra, tal opção significou enfrentar “as maiores privações e perseguições por parte do Estado” (SAMIS, 2002, p. 55).

A Insurreição Anarquista ocorreu num contexto de severa crise social, bastante agravada pelas consequências econômicas decorrentes da I Guerra Mundial. Além disso, o cenário era de intensificação das lutas operárias presentes na conjuntura 1917-1920, quando expectativas de transformação radical da sociedade foram compartilhadas nacionalmente por importantes parcelas da classe operária. Greves gerais foram desencadeadas em várias cidades brasileiras: São Paulo (1917); Rio de Janeiro (1917); Porto Alegre e Pelotas, no Rio Grande do Sul (1917) e na cidade de Rio Grande, no mesmo estado (1918 e 1919); Salvador (1919); Recife (1919) e Porto Alegre (1919).²⁹ Na realidade, como assevera Pereira (2014), longe

²⁸ De acordo com Corrêa (2018, p. 29), o método do sindicalismo de intenção revolucionária abrange “tanto o sindicalismo revolucionário quanto o anarcossindicalismo. O sindicalismo de intenção revolucionária é uma estratégia anarquista e o sindicalismo revolucionário se diferencia do anarcossindicalismo, na medida em que o segundo possui um vínculo programático explícito com o anarquismo e busca transformar seus membros em anarquistas, o que não é o caso do primeiro”.

²⁹ Para uma análise pormenorizada dessa conjuntura, ver: Fausto, Boris, op. cit., p. 157-191 e Bandeira, Moniz; Melo, Clóvis e Andrade, A. T. *O Ano Vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

de constituir um fenômeno meramente nacional, aquele período comportou um “ciclo de agitação social global”. Mais do que fruto de uma “ilusão revolucionária”,³⁰ a revolta anarquista ligava-se, desse modo, a um processo de elaboração e circulação de projetos políticos que objetivavam tornar possível a eclosão de uma Revolução Social no Brasil, na conjuntura 1917-1922 (BARTZ, 2014).

Claramente inspirada nos sucessos dos métodos revolucionários obtidos na Rússia a partir de outubro de 1917, a sedição de 1918 – que ocorreu paralela à eclosão de greves entre metalúrgicos, operários da construção civil e têxteis³¹ – foi sufocada em seu nascedouro, após delação de um tenente do Exército infiltrado entre os insurretos. As forças policiais efetuaram, então, centenas de prisões e deportações, além de promoverem o fechamento das associações envolvidas na paralisação, o que provocou uma diáspora de militantes e trabalhadores (ADDOR, 1986, p. 172-177).³² Talvez prevendo a possibilidade de infiltração de elementos nocivos à manutenção da ordem social, o periódico *O Imparcial*, de 23 de janeiro de 1919, divulgou que o secretário de polícia ordenara ao inspetor de polícia do Porto que impedisse o desembarque de “indesejáveis” em Salvador, a exemplo de “cáfens, ladrões e anarquistas”.³³

Tal emergência radical em território baiano, ao nosso ver, está diretamente relacionada à questão da circulação geográfica de militantes anarquistas que se evadiram do Rio de Janeiro e se fixaram em Salvador, intentando escapar do peso ascendente da repressão em terras cariocas, após os acontecimentos de novembro de 1918. Dentre eles, encontrava-se Eustáquio Pereira Marinho, baiano radicado no Rio, peça-chave no processo de radicalização do SPCDC e no estabelecimento do anarquismo e do método sindicalista revolucionário em Salvador entre 1920 e 1922.

³⁰ Conceito cunhado por Paulo Sérgio Pinheiro (1992) e aplicado ao levante anarquista de 1918 por Addor (2009).

³¹ Diferentemente de Addor, Wellington Nébias sustenta que as greves que estalaram em novembro de 1918 no Rio não possuíam vinculação orgânica com a Insurreição Anarquista. Sobre o tema, ver: Nébias, *A greve geral e a insurreição anarquista*, op. cit.

³² Algumas semanas depois de preso, José Oiticica, considerado o principal dirigente da insurreição, foi deportado para Alagoas juntamente com sua família. Astrojildo Pereira, somando-se a dezenas de militantes libertários detidos, permaneceu encarcerado nas prisões da capital republicana. João da Costa Pimenta, foragido, dirigiu-se para São Paulo (DULLES, 1977, p. 70-71).

³³ *O Imparcial*, Salvador, 23 de janeiro de 1919.

Um elemento pernicioso “no seio da classe trabalhadora”: militância, repressão e circulação geográfica na trajetória de Eustáquio Marinho

Segundo noticiário de jornais cariocas, havia sido preso na manhã do dia 2 de janeiro de 1919, ao sair de uma residência localizada na Rua Barroso, 76, em Copacabana, mais um ativista envolvido na tentativa insurrecional de novembro do ano anterior. O nome do detento: justamente Eustáquio Marinho, “chefe da Usina de energia da Light, em Copacabana”.³⁴ Dali, levaram-no para a Inspetoria de Segurança, onde foi interrogado pelo primeiro delegado auxiliar, Nascimento Silva. Sem ocultar “suas ideias libertárias”, confessou-se “francamente anarquista”, de acordo com o relato do *Correio da Manhã*.³⁵ Apesar disso, sua participação na sublevação não ficou muito esclarecida. Segundo o inquérito policial produzido para apurar as responsabilidades pelo episódio, havia provas testemunhais de que Marinho agia como um elemento dissolvente “no seio da classe trabalhadora”; o suficiente para que fosse pronunciado como incurso no artigo 107 do Código Penal, acusado de tentar mudar por meios violentos a forma de governo, a mesma imputação que coube a Agripino Nazareth.³⁶

De acordo com sua ficha de ocorrência policial, Eustáquio Marinho deu entrada na Casa de Detenção da capital federal no dia 4 de janeiro de 1919. Através desse documento ficamos sabendo alguns detalhes do prisioneiro: era negro e tinha 37 anos naquele momento, como mencionamos anteriormente; eletricista por profissão; e, também como Nazareth, natural da Bahia.

Marinho foi libertado no dia 24 de março de 1919, através de alvará de soltura, por falta de provas condenatórias.³⁷ Logo após sua libertação, continuou a militar nas lides sindicalistas,³⁸ assumindo um cargo na comissão fiscal da União Geral dos Metalúrgicos (12 de abril) e conclamando seus companheiros a agirem em prol dos ativistas ainda presos.³⁹

³⁴ *A Época*, 3 de janeiro de 1919; *A Noite*, 2 de janeiro de 1919; *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1919; *O Paiz*, 3 de janeiro de 1919. Todos periódicos cariocas.

³⁵ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1919.

³⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1918.

³⁷ Livro de matrículas de detentos homens, n. 236, ficha de ocorrência policial n. 41, Fundo Casa de Detenção, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

³⁸ Por ocasião da Insurreição Anarquista, Eustáquio Marinho era filiado à União Geral dos Metalúrgicos. Ver: *A Razão*, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1918.

³⁹ *A Razão*, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1919.

Em agosto já se encontrava ocupando a função de 1º secretário daquela associação, quando redigiu um manifesto no qual concitava os sócios a não descurarem da organização e da mobilização da categoria.⁴⁰ Nesse mesmo mês, colaborou com a redação de alguns artigos para o jornal *Spártacus*,⁴¹ periódico surgido em agosto de 1919, que funcionava como um porta-voz dos libertários brasileiros, e cujo intuito era disseminar notícias e informações sobre o recém-fundado Partido Comunista do Brasil (março de 1919). Este partido comunista, formado majoritariamente por anarquistas, não concorreria às eleições parlamentares. Sua constituição, porém, reafirma a repercussão do exemplo revolucionário russo, fundado na ação do partido político como vanguarda.⁴² Compunham o grupo editor daquela gazeta, entre outros nomes, alguns militantes que também estiveram envolvidos na Insurreição Anarquista de 1918, tais como José Oiticica e Astrojildo Pereira. Isto talvez indique o quanto Eustáquio Marinho continuava vinculado aos rebeldes de 1918 e às ideias de revolução e emancipação social.

Em 30 de agosto de 1919, vinha a lume um artigo dele versando sobre a situação dos trabalhadores da Light, “o polvo canadense”, como era chamada aquela companhia de luz e energia elétrica. Nele, concitava os funcionários da empresa a organizarem-se de modo a fazer frente à exploração que os atingia. Aos seus olhos a saída era clara: a formação de “verdadeiros sindicatos de resistência”. Marinho falava com conhecimento de causa, pois havia trabalhado por muitos anos naquela empresa.⁴³ A segunda participação dele no *Spártacus* foi na edição de 27 de setembro de 1919, quando subscreveu um abaixo-assinado contra a expulsão de trabalhadores estrangeiros, acusados pelo governo federal de serem anarquistas. É interessante notar que assinavam também o documento Carlos Dias, José

⁴⁰ *A Razão*, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1919.

⁴¹ *Spártacus*, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1919 e 1º de novembro de 1919.

⁴² Devido ao impacto da Revolução Russa nas hostes libertárias, Edgard Leuenroth e Hélio Negro (pseudônimo de Antônio Candeias Duarte), dois anarquistas que militavam no movimento operário de São Paulo, publicaram, em 1919, uma brochura onde interpretavam os acontecimentos revolucionários russos sob a ótica anarquista, considerando que o regime que vigia ali tinha como horizonte o “almejado comunismo libertário”. *O que é o maximismo ou bolchevismo – Programa Comunista*, São Paulo, Editora Semente, 1919, p. 9.

⁴³ *A Razão*, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1918; *Spártacus*, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1919. Em outro artigo, publicado no *Spártacus* de 1º de novembro de 1919, Eustáquio Marinho afirma ter trabalhado na Light “desde a mais tenra idade”.

Oiticica, Álvaro Palmeira, Astrojildo Pereira, dentre outros militantes que haviam participado da revolta de 1918.⁴⁴

Na última vez em que escreveu no periódico, Eustáquio Marinho novamente condenava a expulsão de trabalhadores estrangeiros acusados de serem anarquistas e, ao fazê-lo, relatava sua própria experiência de conversão ao ideal ácrata. De acordo com ele, foi buscando entender o motivo de haver expulsões de operários que sua curiosidade o levou a procurar uma literatura que esclarecesse “quem eram os anarquistas”. Ao ler os escritos de Sébastien Faure e Piotr Kropotkin, “foi como um raio de luz” em seu cérebro, mas ainda não havia adotado as ideias libertárias. Contudo, ao conjugar tais leituras às “de crítica histórica e religiosa” e “história natural e astronomia”, tornou-se “inteiramente anarquista”.⁴⁵ Ainda através desse artigo, vislumbramos outras características da formação de militante de Eustáquio Marinho recorrente nas trajetórias dos ativistas libertários: o autodidatismo e o caráter de profissão de fé dos que adotavam a orientação anarquista. Conforme esclarece Toledo (2004a, p. 41-47), “ser anarquista era ser pensador”, pois valorizava-se a instrução como um modo privilegiado para promover a transformação e emancipação da humanidade, o que conferia ao anarquismo foros de “conversão quase religiosa”. Afinal, mais que um mero conjunto de concepções, constituía uma maneira de viver, onde a autoridade do Estado, da religião e do capital não teria mais lugar. É o próprio Marinho quem afirma que após adotar o ideal ácrata, já não mais aceitava “sem protesto os deuses no céu e os patrões na terra”; e isso sem travar contato com organizações operárias e militantes estrangeiros.⁴⁶

Foi provavelmente em função da escalada repressiva na capital federal, que Eustáquio Marinho empreendeu o mesmo deslocamento que Nazareth havia realizado meses antes. As fontes pesquisadas assinalam sua presença em território soteropolitano a partir de abril de 1920, quando assinou um artigo no *Germinal*,⁴⁷ defendendo a necessidade de se empreender uma revolução social para emancipar os trabalhadores. Na sequência, foi

⁴⁴ *Spártacus*, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1919. Nesta fonte a profissão referida de Eustáquio Marinho é a de metalúrgico.

⁴⁵ *Spártacus*. Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1919.

⁴⁶ *Spártacus*, Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1919.

⁴⁷ *Germinal*, Salvador, 1º de maio de 1920.

um dos muitos oradores na celebração e passeata do Primeiro de Maio daquele ano.⁴⁸ Além disso, e mais uma vez à semelhança de Nazareth, ingressou na associação dos trabalhadores da construção civil. A partir de então, seu itinerário militante vinculou-se aos caminhos percorridos pelo SPCDC, pois tudo indica ter sido ele o principal mentor da radicalização que o sindicato efetuou a partir de setembro de 1920 (GUIMARÃES, 2012, p. 187-199). Tal compreensão ganha força quando verificamos que ocupou o posto de secretário-geral daquela associação, pelo menos entre janeiro de 1921 e dezembro de 1922.⁴⁹

Não fosse pela circulação geográfica que empreendeu e por sua atuação no movimento operário de Salvador, provavelmente Eustáquio Marinho seria mais um daqueles personagens nebulosos que assinavam artigos em jornais operários ou subscreviam manifestos e coisas do gênero, permanecendo anônimos para a historiografia.

Conforme esquematização proposta por Batalha (1997, p. 93-94), havia na Primeira República, para efeitos práticos, três tipos de militantes, com diferentes graus de comprometimento em relação ao movimento operário: lideranças, quadros intermediários e militantes de base. A liderança era composta por uma minoria que chegava a escrever para os periódicos operários e cuja atuação se espraiava para outras categorias profissionais, além da sua. Um pouco mais numerosos eram aqueles que tinham uma participação sindical mais ativa dentro dos limites de sua categoria laboral, garantindo o funcionamento cotidiano das associações. Esses compunham os ditos quadros intermediários. Eles poderiam fazer parte de diretorias de associações operárias, assinar manifestos e abaixo-assinados, porém não era comum que escrevessem “sobre sua prática e muito menos” que produzissem “teoria”. O terceiro grupo, numericamente o mais expressivo, refere-se aos militantes de base, que exerceriam “uma militância eventual”, aderindo às associações “nos momentos de ascenso dos movimentos” e abandonando-as “nos momentos de refluxo”. Dessa forma, o grau de conhecimento que temos sobre esses militantes, pondera Batalha, “é inversamente proporcional ao seu peso numérico”. No caso específico dos quadros intermediários, até seria possível resgatar algo de suas atuações, através de uma pesquisa mais profunda, no entanto, ainda não receberam uma atenção mais cuidadosa por parte dos pesquisadores.

⁴⁸ *Germinal*, Salvador, 1º de maio de 1920. Ao anunciar a programação das celebrações operárias referentes ao Primeiro de Maio, o jornal *A Tarde* de 29 de abril de 1920 informava que Eustáquio Marinho discursaria duas vezes ao longo do percurso da passeata.

⁴⁹ Ver: *A Voz do Trabalhador*, Salvador, 22 de janeiro de 1921.

O caso de Eustáquio Marinho parece se enquadrar nesta última categoria, pelo menos no que se refere a sua militância no Rio de Janeiro.⁵⁰ Porém, na Bahia sua atuação remete às características relacionadas às lideranças operárias. Daí a importância em refletir sobre os percursos de sua experiência de ativista sindical.

O exame da circulação de militantes decorrente da repressão governamental na conjuntura em tela constitui-se, portanto, num instrumento privilegiado para compreendermos melhor a conformação de conexões entre a experiência operária e sindical local e aquela observada em outras regiões do país.⁵¹ Como argumenta Petersen, não parece apropriado interpretar a história dos trabalhadores como uma “história regional”, pois existem “processos e acontecimentos que, circunscritos à dimensão regional” perdem seu significado analítico. Cruzando as fronteiras dos estudos com recortes geográficos de distintas regiões poderemos, por outro lado, identificar tanto as especificidades desses casos, como os “processos mais globais”. Isto não significa que se pretenda moldar uma história operária homogênea, mas investigar a existência de “vínculos múltiplos e perdidos que possam enriquecer o perfil de atores e processos sociais já tão descaracterizados na memória historiográfica” (PETERSEN, 1997, p. 89-90).

Ao prover meios de investigação desses processos sociais através do acompanhamento de trajetórias individuais ou de grupos de indivíduos, a abordagem micro-histórica permite uma exploração mais rica e complexa dos contextos e das experiências vivenciadas por esses sujeitos. Nessa perspectiva, Revel (2000, p. 17) elucida que “a escolha do individual não é contraditória com a do social”. Ocorre precisamente o oposto: tal aproximação possibilita uma apreensão diferenciada da realidade social que se deseja conhecer. Permite, acima de tudo, “destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra –, a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e tempos nos quais se inscreve”.

Assim, esse recurso metodológico permite ao historiador não apenas observar o desenrolar dos processos históricos, como também melhor avaliar o protagonismo daqueles sujeitos e o grau de indeterminação inscrito nesses processos. Reduzindo a escala, com a

⁵⁰ Eustáquio Marinho não figura, por exemplo, na obra, escrita por Cláudio Batalha, *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 - militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

⁵¹ Petersen (1997; 2010) salienta que existiam vários canais pelos quais se dava o trânsito de ideias e ativistas na referida conjuntura. As redes profissionais, os circuitos dos militantes, os congressos operários, as campanhas de solidariedade e a imprensa operária eram alguns deles.

micro-história podemos perceber com mais clareza as alternativas disponíveis aos indivíduos em dado momento, suas escolhas e, em última instância, seu impacto na história. Esse expediente permite, ademais, aproximar-nos de indivíduos pertencentes a grupos silenciados pela historiografia, muitas vezes anônimos, resgatando suas experiências como historicamente relevantes. O olhar do historiador se volta, então, para ação humana enfatizando a dimensão da agência presente nas trajetórias individuais (SCHMIDT, 1997, p. 82). O desafio, neste caso, consiste em considerar suas subjetividades, como agentes históricos, sem perder de vista o processo histórico específico a que estavam vinculados, pois, como sentenciou Thompson (1987, p.9), a pesquisa do movimento operário “é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto a ação humana como aos seus condicionamentos”.

Não por acaso, o procedimento da micro-história focaliza sua observação na articulação entre o particular e o contexto, na tensão entre o individual e o coletivo, como via preferencial para construir uma compreensão histórica mais profunda de dada sociedade ou grupo social. A análise dessas trajetórias pode, em acréscimo, “permitir a compreensão de um aspecto importante no estudo do movimento operário: a grande mobilidade geográfica e ideológica dos militantes” (TOLEDO, 2004b, p. 20).

O elemento que reforça nossa hipótese sobre a importância da circulação de militantes enquanto circunstância capaz de iluminar a opção pelo anarquismo e pelo método sindicalista revolucionário pelo SPCDC funda-se na constatação de que não apenas Agripino Nazareth e Eustáquio Marinho realizaram um movimento em direção à Bahia na conjuntura analisada. Assim, houve outros ativistas que militaram naquele sindicato – operários também evadidos do Rio de Janeiro em função da repressão decorrente da Insurreição Anarquista de 1918. É o que podemos depreender da leitura de uma série de reportagens datadas de dezembro de 1926, nas quais o jornal carioca *A Manhã* abriu espaço para notícias sobre as eleições sindicais na associação dos operários têxteis da capital federal. Nessas matérias, a chapa denominada Bloco Têxtil atacava a interferência de Agripino Nazareth (envolvido então com o Partido Socialista do Brasil) naquele pleito, considerando-o elemento estranho à categoria.⁵²

Num artigo de 25 de dezembro, lemos o depoimento de um trabalhador que afirmava ter cumprido o mesmo deslocamento que Nazareth e Marinho. Assim, Francisco Coelho

⁵² Ver, em especial: *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16 a 30 de dezembro de 1926.

relata que “após o fracasso do movimento grevista de 1918, teve, como o chefe do P. S. [Partido Socialista], de emigrar para aquele estado”. “Foragido fui encontrá-lo na Bahia”, detalha Coelho, confirmando que assistiu a “diversas conferências” de Nazareth “na Associação de Pedreiros e Carpinteiros”. Explicando porque se aproximara de Nazareth durante sua permanência em terras baianas, ressaltava que Nazareth demonstrava possuir simpatia “em seus temas e por suas palavras”, pela “Rússia proletária” e por isso haveria uma identidade entre Coelho, “alguns camaradas”, e Agripino.⁵³ Dessa forma, a julgar por este relato, é possível supor que em fins de abril e princípios de maio de 1920, pelo menos, houvesse outros militantes egressos da capital federal em Salvador; aqueles que Coelho nomeou de “camaradas anarquistas”.⁵⁴

Como registramos, ao contrário de Agripino Nazareth, que se declarava socialista coletivista, Eustáquio Marinho reconhecia-se como anarquista. Essas duas posições orientaram progressivamente divergentes formas de encaminhar as demandas operárias presentes no SPCDC. O resultado dessa cisão foi a divisão do sindicato entre os que consideravam que a luta sindical deveria ser complementada pela luta parlamentar, através da criação de um partido socialista, e aqueles que condenavam tal opção, insistindo que os trabalhadores não se imiscuissem nas disputas eleitorais nem recorressem aos canais institucionais para resolver suas reivindicações, mas que apelassem para o exercício da pressão direta sobre seus empregadores. Nesse processo, o SPCDC perderia importantes quadros, ativos desde a sua fundação, e se desligaria da Federação dos Trabalhadores Baianos – que permanecia sob a orientação de Nazareth – “por questões de princípio e orientação”, condicionando sua possível reintegração “até que a mesma volte a ser unicamente sindicalista” (GUIMARÃES, 2012, p. 204). Francisco Coelho afirma ter participado dessa dissidência, acompanhando Agripino Nazareth em seu intento de formar um partido socialista, o que teria lhe custado a expulsão do sindicato. Justificando sua opção, explicou que “aceitava o anarquismo”, mas que “notando a inutilidade dos seus processos” decidiu seguir Nazareth, julgando que as propostas do advogado socialista estavam mais próximas da realidade.⁵⁵

⁵³ *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1926.

⁵⁴ Em matéria jornalística publicada nos anos 1970, o historiador baiano Cid Teixeira já indicava a existência de socialistas e “alguns poucos anarquistas” em Salvador, por ocasião da celebração do Primeiro de Maio de 1920. Ver: *Jornal da Bahia*, Salvador, 17 de novembro de 1978.

⁵⁵ *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1926.

A partir de então, a adoção do método sindicalista revolucionário foi explicitada pelo sindicato da construção civil, através da publicação de um novo jornal: *A Voz do Trabalhador*⁵⁶ (outubro de 1920 – dezembro de 1922) – no qual Marinho escreveu com regularidade. Em suas páginas encontra-se o temário característico dessa corrente: centralidade da greve como meio para garantir e alargar direitos; apelo à instrução proletária; pregação da revolução social como forma de se edificar a sociedade futura e a emancipação humana, inclusive defendendo a necessidade da violência revolucionária; propaganda da ação direta; apelo à formação de sindicatos de resistência, em oposição às beneficentes e cooperativas; recusa da luta político-parlamentar; antiestatismo; antimilitarismo; anticlericalismo; combate ao alcoolismo, ao futebol, ao carnaval; internacionalismo proletário; amor livre; e greve geral insurrecional.⁵⁷ Outra característica desse método de organização e luta operárias é conciliar a pugna para obter vantagens imediatas com a perspectiva de destruição do sistema capitalista, a fim de estabelecer um novo sistema gerido diretamente pelos produtores, em torno de seus sindicatos, livremente associados. O fator máximo de união entre os membros do sindicato deveria ser o econômico. Tudo aquilo que pudesse cindir o operariado – divisões de cor, crença, credo político, nacionalidade – deveria ficar de fora da organização sindical.

Instrução e organização eram dois lados da mesma moeda na luta pela emancipação dos trabalhadores. Era comum, em vista disso, que os sindicatos mantivessem bibliotecas, salas de leitura e escolas para os operários e seus filhos. Sendo assim, logo após fundar seu jornal, que também fazia parte de um esforço de educação dos trabalhadores, o SPCDC começou a recolher doações e ajuda financeira com vistas à criação de uma biblioteca e de uma escola. Em janeiro de 1921, então já com Eustáquio Marinho como secretário-geral da entidade, anunciava-se para breve a inauguração do Grupo Escolar Carlos Dias, sintomaticamente uma homenagem a um militante anarquista muito preocupado com a questão da instrução operária, também participante do levante de novembro de 1918. De acordo com a comissão executiva do sindicato, somente na escola os trabalhadores poderiam “dissipar as trevas” que os mantinham escravizados moral e materialmente. A instrução, portanto, era primordial para despertar nos operários a percepção do valor que tinham para

⁵⁶ Sintomaticamente homônimo ao da Confederação Operária Brasileira, que propugnava o mesmo sindicalismo revolucionário enquanto estratégia de luta e organização dos trabalhadores.

⁵⁷ Ver os números de *A Voz do Trabalhador*, Salvador (outubro de 1920-dezembro de 1922).

o desenvolvimento da sociedade, como produtores que eram da riqueza social.⁵⁸ A escola começou a funcionar em 14 de fevereiro de 1921 e o jornal do sindicato convocava seus filiados a comparecerem “às aulas e as sessões! às aulas para as Luzes, às sessões para a organização”.⁵⁹

A Revolução Russa era vista como o grande paradigma de transformação social que poderia se repetir na Bahia, caso os operários se articulassem em sindicatos de resistência, por isso *A Voz do Trabalhador* preconizava a necessidade de organização proletária e anunciava “a vinda da Rússia à Bahia”. O jornal alertava os trabalhadores, em tom propagandístico, que era pela organização que as instituições da sociedade capitalista, como o clero, a burguesia e o Estado predominavam e oprimiam o trabalhador. Em vista disso, exortava: “pela organização haveis de vos erguer, vos revoltar e vos libertar. Pela organização vencereis vossos adversários”.⁶⁰

Tamanha ênfase na centralidade do sindicato de resistência como único instrumento capaz de garantir conquistas imediatas aos operários, juntamente com a convicção de que seriam os próprios sindicatos os organismos de gestão da sociedade futura, remete à tradição sindicalista revolucionária, pois essa dupla função, de melhorar a vida dos operários e encaminhar sua emancipação vindoura, unia a luta imediata com a estratégia da transformação social, esvaziando, assim, o papel do partido político como mediador, o que delata o grau de separação entre o grupo que permaneceu no SPCDC e o que partiu para a fundação do PSB. Não era à toa que Marinho proclamava: “a consciência dos trabalhadores sindicalistas (...) manda rasgar o título de eleitor”.⁶¹ Instando os operários a organizarem-se em sindicatos de resistência estruturados em comissões executivas, ele criticava as associações beneficentes e cooperativas por estabelecerem cargos de mando e aceitarem em “seu seio toda sorte de elemento político, religioso, e até patentes da Guarda Nacional”⁶², no que parecia ser uma demarcação de alteridade radical em relação a muitas das associações operárias soteropolitanas. Possivelmente o alvo de tal denúncia fosse um militante que

⁵⁸ *A Voz do Trabalhador*, Salvador, 29 de janeiro de 1921.

⁵⁹ Rodapé constante em alguns números deste jornal.

⁶⁰ *A Voz do Trabalhador*, Salvador, 9 de outubro de 1920.

⁶¹ *A Voz do Trabalhador*, 9 de outubro de 1920.

⁶² *A Voz do Trabalhador*, Salvador, 2 de outubro de 1920.

deixou o sindicato e cerrou fileiras no PSB: José Domiense da Silva, ex-secretário geral do SPCDC, até a cisão. Ele ocupava o posto de capitão da Guarda Nacional.⁶³

É conveniente assinalar, neste momento, que o papel desempenhado por Eustáquio Marinho no processo de progressiva radicalização do SPCDC teve respaldo dos integrantes que permaneceram no sindicato. A formação identitária de Marinho, forjada *na e pela* militância, foi, portanto, “resultante do esforço de múltiplos sujeitos, e deve ser compreendida como experiência coletiva”, similar às experiências vivenciadas por outros militantes (PEREIRA, 2018, p. 122-123). Se não podemos afirmar que o conjunto dos membros daquele sindicato era composto de anarquistas, o método sindicalista revolucionário que sua comissão executiva – Marinho à frente – imprimia à entidade parece ter recebido o aval dos associados. A publicação de *A Voz do Trabalhador* denota que o grêmio dos pedreiros e carpinteiros ainda contava com uma base de sócios comprometida, o que permitia lançar mão de recursos financeiros suficientes para encetar tal iniciativa (GUIMARÃES, 2012, p. 204).

A imprensa operária era o principal canal de disseminação, debate e intercâmbio de notícias, ideias, aspirações e concepções de mundo entre a classe trabalhadora, conectando sua experiência em escala internacional, nacional e local. Agia, dessa maneira, como nexo de contatos entre militantes, propiciando a circulação de práticas, informações e saberes. A circulação de ideias e notícias entre Salvador e Rio de Janeiro era favorecida pelo estabelecimento de relações através dos periódicos operários (GUIMARÃES, 2012, p. 166-169). Ativistas anarquistas de diversas regiões do país colaboravam com *A Voz do Trabalhador*. José Oiticica, Antônio Bernardo Canellas, Fernandes Varela e D. Fagundes foram alguns deles. Na biblioteca do SPCDC podia-se encontrar exemplares de jornais operários de diversos lugares do país e do mundo: *A Plebe*, de São Paulo; a revista *Movimento Comunista*, do Rio de Janeiro; *A Voz Operária*, de Sergipe; *A Hora Social*, de Pernambuco; *O Trabalho*, de Alagoas; *El Comunista*, da Itália; *Transporte Internacional*, da Holanda, dentre outros (GUIMARÃES, 2012, p. 211-214). A abrangência nacional e internacional dos contatos estabelecidos entre o SPCDC e outros sindicatos favorecia o sentimento, entre seus ativistas e simpatizantes, de pertencimento a um projeto global de combate à exploração capitalista e de luta pela emancipação dos trabalhadores.

⁶³ *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 2 de julho de 1923. Edição Especial do Centenário, p. 351.

Desse modo, consideramos que a penetração e difusão do anarquismo na Bahia não é fruto de mero transplante de ideias e práticas desconectadas da realidade local, mas de apropriação e reelaboração dos elementos norteadores da ação sindical em conformidade com a ambiência em que se enraizavam, para enfrentamento de questões concretas. Pois assim como o anarquismo e o sindicalismo revolucionário constituíram um fenômeno transnacional devido à circulação de militantes e de mão-de-obra por diversos países (TOLEDO, 2004b), também dentro do extenso território brasileiro, atravessando regiões e estados distantes, a circulação desses elementos foi responsável pela propagação e recepção daquelas ideias e práticas. Em consonância com esse ponto de vista, ao tratar da irradiação do anarquismo na América Latina, Corrêa (2018, p. 62) insiste que a “dimensão global-transnacional” desse movimento “deve ser complementada por outras dimensões, em particular aquelas nacionais e subnacionais”, pois são justamente esses fatores que ensejam uma melhor compreensão “das particularidades locais do anarquismo”. Foi o que tentamos fazer até aqui, ao analisarmos a trajetória de Marinho.

Considerações finais

Neste texto, procuramos compreender os efeitos da repressão e dos decorrentes deslocamentos geográficos de militantes na conformação do sindicalismo-revolucionário e do anarquismo na Bahia, entre 1918 e 1922. Verificamos que o trânsito de ativistas no circuito Rio-Salvador propiciou, naquela conjuntura, o estabelecimento de redes de militância que relacionavam os movimentos operários das duas regiões, o que demonstra a necessidade de considerarmos o aspecto inter-regional no estudo do processo de formação da classe operária nacional e de seu movimento, “ampliando nossa percepção da abrangência espacial” desses fenômenos (PETERSEN, 2003, p.5). Alicerçados no método micro-histórico e centrando a análise nos percursos militantes de Marinho, procuramos identificar as especificidades e as regularidades presentes no caso baiano em relação a outras experiências. A circulação geográfica de ideias e ativistas anarquistas constitui-se, assim, num importante fator para clarificar a compreensão das manifestações proletárias do período em Salvador. Inserido nesse contexto, Eustáquio Marinho desempenhou um papel central no processo de desenvolvimento e difusão do anarquismo em território baiano. Assim, como propõe Savage (2004, p. 28), para encetarmos “uma abordagem mais complexa da formação da classe”, devemos buscar apreciar a “dimensão espacial” como um elemento fundamental que influencia “as formas de conflito e a mobilização política”.

As informações sobre Marinho, coligidas nas fontes consultadas, são exíguas e fragmentadas. O mesmo se dá quando recorremos à bibliografia especializada sobre o movimento operário. Contudo, reunindo e cruzando pistas e vestígios de procedências diversas é possível esboçar algumas sumárias notas biográficas. Em seu requerimento de habilitação para casamento⁶⁴ confirmamos que era negro e natural da Bahia. Casou-se com a empregada doméstica Julieta Antônia Soares, também negra, em 20 de dezembro de 1911, quando contava com 29 anos de idade. No entanto, a informação mais relevante é que ele havia servido como foguista de 3ª classe na Marinha de Guerra. Segundo relato do militante comunista Otávio Brandão (1978, p. 268), Eustáquio Marinho era um operário da construção civil, ex-marinheiro que teria participado da Revolta da Chibata em 1910. Parece certo que “quase todos os marinheiros expulsos dos quadros da Armada haviam-se proletarizado, entrando a trabalhar nos vários ofícios e eram assim preciosos e ativos agentes de ligação” entre aqueles militares e os trabalhadores (DIAS, 1962, p. 89). Talvez tenha sido o caso de Marinho, que teria trabalhado como militar antes de empregar-se como eletricitista na Light.

O último indício que identificamos de sua trajetória militante na Bahia data de 16 de dezembro de 1922, quando assinou um artigo n’*A Voz do Trabalhador*. Nele, discutia “a origem e os fatores” que dificultavam a organização do operariado local. Pregando a necessidade dos trabalhadores derrotarem o capital, saía em defesa da criação de sindicatos de resistência para todas as profissões; da formação de uma federação no nível regional, a fim de substituir a FTB; e da constituição de uma Confederação Nacional de organizações sindicais. Estes objetivos, ao serem efetivados, deveriam prover o movimento operário com “sua própria imprensa, o seu teatro, as suas próprias diversões”, assegurando a afirmação de uma cultura própria, fruto da experiência operária.

Enfrentando um refluxo regional e nacional, o movimento sindical de caráter revolucionário localizado em Salvador definharia após 1922 (CASTELLUCCI, 2004). O próprio SPCDC, ao que parece, terminou com 14 membros apenas, que se cotizavam para pagar um quarto no qual arquivos e móveis eram guardados, talvez num misto de lembrança e esperança, até que tempos melhores lhes sobreviessem.⁶⁵ Quanto a Marinho, sua resistência à adoção da solução político-partidária vinculada à ação sindical parece ter arrefecido no decorrer dos anos. Seus trânsitos ideológicos acompanham sua mobilidade

⁶⁴ Arquivo Nacional, Pretoria Cível do Rio de Janeiro, 2 (Freguesias de Santa Rita, Ilha do Governador e Sacramento) - Registro Civil. N. 7864, maço 2980.

⁶⁵ *O Momento*, Salvador, 9 de abril de 1945.

geográfica. Ele continuará a circular e, em 1928, estará residindo em Vitória, Espírito Santo, quando subscreveu uma moção de apoio aos candidatos do Bloco Operário e Camponês, braço político-partidário do PCB.⁶⁶ Essa transição é confirmada pelas informações constantes do prontuário policial de Antônio Francisco Roux (datado de 3 de dezembro de 1948).⁶⁷ Este militante, era o encarregado sindical na década de 1930 de uma célula do PCB denominada “Eustáquio Marinho”, fato revelador da importância da atuação deste ativista no interior daquele partido. Talvez ele tenha retornado ao Rio de Janeiro na década de 1920 ou no início dos anos 1930, pois, de acordo com relato de Claudino José da Silva, eleito deputado federal constituinte em 1945 pelo PCB do antigo estado do Rio de Janeiro, foi Marinho quem o iniciou nas leituras e reflexões no interior daquela agremiação. As palavras de Claudino reforçam a importância de Marinho para os novos militantes operários comunistas:

Operário negro de curso superior, quartanista de direito na Bahia. Este negro valeu por uma grande vitória em favor dos militantes novos, contra todos os preconceitos e autossuficiências (...). Marinho explicava tudo a todos, dia e noite. Dava-nos folhetos, lia, ensinava-nos a tradução, os significados dos termos (...). Só me apartava dele para passar às pressas na minha casa, ver minha filha, pegar a marmitta e seguir para o trabalho. Na noite seguinte leitura (...) e tinha ainda de arranjar um meio de mostrar ao Marinho que tinha lido alguma coisa.⁶⁸

Entre luzes e sombras, finalmente, suas breves referências biográficas são encerradas por Brandão (1978, p. 268), que atesta seu desaparecimento “obscuramente durante o governo Vargas”.

Referências bibliográficas

ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1986.

⁶⁶ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1929.

⁶⁷ Prontuário 15585 – Fundo DESPS – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

⁶⁸ BUONICORE, Augusto. “Claudino José da Silva: a voz negra e comunista na Constituinte de 46”. (Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/270749-297>. Acesso em 12 de maio de 2020).

_____ ; DEMINICIS, Rafael Borges (orgs.). “Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República”. In: *História do Anarquismo no Brasil*. Niterói, Rio de Janeiro: Achimé, 2009, v. II.

BARTZ, Frederico Duarte. *Movimento Operário e Revolução Social no Brasil: ideias revolucionários e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922*. Tese (Doutorado em História) – IFCH – UFRGS, Porto Alegre, 2014.

BATALHA, Cláudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”, In: Moraes, Joaquim Quartim de, (org.). *História do Marxismo no Brasil – volume II. Os influxos teóricos*. Campinas, Editora UNICAMP, 1995.

_____. “Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário”, In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, dezembro de 1997.

_____. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2000.

_____. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 - militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

BONOMO, Alex Buzeli. *O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-SP – São Paulo, 2007.

BRANDÃO, Otávio. *Combates e Batalhas: memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

CASTELLUCCI, Aldrin. *Industriais e operários numa conjuntura de crise (1914 – 1921)*. Salvador, Fieb, 2004.

_____. “Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República”, In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 131-166, Dec. 2005.

_____. “Cidadania e política na trajetória de Agripino Nazareth (1886-?): notas de pesquisa”, texto de comunicação apresentada no I Seminário Internacional de História do Trabalho – V Jornada Nacional de História do Trabalho, UFSC, Florianópolis, 25-28 de outubro de 2010.

_____. “Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República”. *Revista Brasileira de História (Online)*, v. 32, p. 77-99, 2012.

_____. “De uma conspiração a outra: Agripino Nazareth, os militares e o movimento operário no Rio de Janeiro (1915-1918)”, texto de comunicação apresentada no XXVII Simpósio Nacional de História, UFRN, Natal, 22 a 26 de julho de 2013.

_____. *Encontros e desencontros nas trajetórias de Evaristo de Moraes (1871-1939), Agripino Nazareth (1886-1961), Joaquim Pimenta (1886-1963) e Maurício de Lacerda (1888-1959)*. Trabalho Científico Original demonstrando a consolidação da linha de pesquisa desenvolvida nos últimos cinco anos, apresentado como um dos requisitos para a promoção da classe de Professor Titular para a classe de Professor Pleno – UNEB, 2018.

CORRÊA, Felipe. “O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da Associação Internacional dos Trabalhadores à emergência na América Latina”, In: *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. SANTOS, Rafael Viana da; SANTOS, Kawan Willian dos (orgs.). Curitiba: Editora Prismas, 2018.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Editora Edaglit, 1962.

DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas, Pontes/Editora da UNICAMP, 1991.

DULLES, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. São Paulo, Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo, Difel, 1976.

FONTES, J. R. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888/1930*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – FFCH, UFBA, Salvador, 1988.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GUIMARÃES, Luciano de Moura. “*Ideias perniciosas*” do anarquismo na Bahia. *Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFCH – UFBA, Salvador, 2012.

HALL, Michael. “Immigration and the Early São Paulo Working Class”, In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, band 12, p.393-407, 1975.

LARA, Silvia H. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, Brasil”. In: *Projeto História*, 16, p. 25-38, 1998.

LEUENROTH, Edgard; NEGRO, Hélio. *O que é o maximismo ou bolchevismo – Programa Comunista*, São Paulo, Editora Semente, 1919.

LINDEN, Marcel van der.; THORPE, Wayne. “Essor et déclin du syndicalisme révolutionnaire”. In: *Le Mouvement Social*, Paris, n. 159, p. 3-36, abr.-jun. 1992.

MALATESTA, Errico. *Anarquia e anarquismos*. Disponível em: http://www.geipafloripa.libertar.org/wpcontent/uploads/2009/10/malatesta_anarquismo.pdf. Acesso em: abril de 2019.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890/1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

NÉBIAS, Wellington Barbosa. *A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2009.

PEREIRA, Joana Dias. “O ciclo de agitação social global de 1917-1920”. In: *Ler História*[Online], 66, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/720#quotation>. Acesso em: março de 2019.

PEREIRA, Victor. “Militância anarquista e Verbo de Fogo: Pedro Augusto Motta, sindicalismo revolucionário e imprensa libertária no Ceará dos anos 1920”. In: *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. SANTOS, Rafael Viana da; SANTOS, Kawan Willian dos (orgs.). Curitiba: Editora Prismas, 2018.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”, In: Araújo, A.M.C (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira*. SP. Ed. Scritta, 1997.

_____. “Fugitivos ou deportados: percursos e efeitos da circulação de agitadores indesejados no movimento operário brasileiro”. *Anais Eletrônicos do XII Simpósio Nacional de História - ANPUH*. João Pessoa, 2003.

_____. “Relações interestaduais e internacionais no processo de formação do movimento operário brasileiro”, texto de comunicação apresentada no I Seminário Internacional de História do Trabalho – V Jornada Nacional de História do Trabalho, UFSC, Florianópolis, 25-28 de outubro de 2010.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

REVEL, Jacques. “A história ao rés-do-chão” (Prefácio). In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori. Uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.

RUBIM, A. A. C. “Movimentos sociais e meios de comunicação – Bahia, 1917-1921”. *Cadernos do CEAS*, Salvador, nº61; p.30-43, mai/jul.1979.

RUBIM, A. A. C. & RUBIM, J. L. C. “As lutas operárias na Bahia (1917-1921)”. *Cadernos do CEAS*, Salvador, nº80; p.22-34, jul/ago.1982.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.

_____. *Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil*. In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.

_____. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário*. São Paulo: Intermezzo, 2018.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões sociais. Salvador (1890-1930)*, Tese (Doutorado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 1982.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias...Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 3-22, jul. 1997.

SEIXAS, Jacy A. *Acerca do militante anarquista – sensibilidade, cultura e ética política (Brasil, 1890-1920)*. In: Anais do Encontro Cultura y prática del anarquismo, desde sus orígenes hasta la Primera Guerra Mundial. México DF: Colegio del México, 2011.

SILVA, Fernando. *Operários sem patrões: os trabalhadores de santos no entre guerras*. Campinas, Ed. Unicamp, 2003.

SILVA, Fernando T. da; GITAHY, Maria Lúcia C. “O movimento operário da construção civil de santista durante a Primeira Guerra Mundial, (1914-1918)”, In: *História Social*, Campinas, n. 3, p. 87-124, 1996.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, v. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004a.

_____. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004b.



Recebido: 15 de maio de 2020

Aprovado: 11 de julho de 2020